

Associativismo juvenil católico: da motivação religiosa à acção social

David Soares*

e-mail: david.soares.mail@gmail.com

Introdução

Este trabalho visa promover uma análise fundamentada e centrada no associativismo católico juvenil partindo da história religiosa enquanto área especializada de conhecimento histórico que considera o fenómeno religioso como ponto de partida e centro de observação no estudo da sociedade contemporânea.

Nesta grelha interpretativa, pretendeu-se, num primeiro momento, interrogar ao longo dos finais do século XIX e durante o século XX o associativismo católico em termos da sua autocompreensão e papel na sociedade enquanto parte de um movimento católico considerado elemento de união e de coesão social com peso sociológico, com o objectivo da cristianização da ordem corporativa vigente. Num segundo momento, explorou-se o associativismo na sua relação com a crescente modernidade, ou seja, com o desenvolvimento de uma sociedade que se revelava fragmentada e plural em que estava em jogo o lugar do catolicismo no espaço público concorrencial. Num terceiro momento, acompanhamos a reformulação de dinâmicas associativas de modo a possibilitar a perpetuação do catolicismo enquanto forma de acção colectiva, onde ganhou protagonismo o papel da juventude, nomeadamente a sua capacidade de associação e interacção. Neste ponto, debruçamo-nos sobre a Juventude Universitária Católica como estudo de caso de uma forma de associativismo juvenil católico, englobando na análise a sua publicação periódica considerada como um filão agregador enquanto espaço de encontro, enquadramento e participação. Por fim, este artigo pretende deixar pistas para o estudo e debate sobre o significado e alcance da consciência de ser católico numa realidade histórica marcada por dinâmicas de pertença e de autonomia.

*Licenciado em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestrando em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Colaborador no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Modalidades de organização do religioso na sociedade

Desde os finais do século XIX que se assistira ao desenvolvimento do chamado catolicismo social que correspondeu à tomada de consciência da questão social na sociedade liberal. Dito de outro modo, o catolicismo foi atravessado por uma tensão que resultou da secularização política da sociedade e da laicização de instituições e que significou uma alteração no seu modo de estar na sociedade portuguesa¹.

O modo como o religioso foi compreendido, valorizado e gerido a partir dos finais do século XIX, conduziu paulatinamente à deslocação de um agir comunitário para um agir societário em que a acção católica se redescobriu pela metamorfose de vinculações e de relações contratuais. O trajecto de autocompreensão que a Igreja Católica foi desenvolvendo acerca de si própria em conjunto com uma aprendizagem em lidar com uma maior pluralidade, permitiu equacionar novas formas de construção dos modos de identificação religiosa, ou seja, o catolicismo constituiu-se como elemento fulcral na coesão social e na possibilidade do exercício da liberdade. Deste ponto de vista, o catolicismo não ganhava legitimamente o seu espaço por ser apenas o arauto e depositário de uma verdade revelada mas também por ter utilidade social. Esse “carácter liberal” que lhe provinha da certeza de conferir união à organicidade social, em conjunto com as novas orientações doutrinárias resultantes do pontificado de Leão XIII² e com o agudizar das tensões sociais e políticas a partir da crise nacional de 1890, possibilitou o aparecimento de diversas iniciativas que visavam afirmar a legitimidade

¹ Cfr. FONTES, Paulo F. de Oliveira - «Catolicismo social» In AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 1:A-C, p. 310-324; FERREIRA, António Matos - «Secularização» In AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol.4: P-V, Apêndices, p. 195-201; e FERREIRA, António Matos - «Laicidade» In AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol.3: J-P, p. 58-65.

² Para uma visão condensada do pontificado de Leão XIII, veja-se, por exemplo DELUMEAU, Jean (pref.) – *Dictionnaire de l’histoire du christianisme*. Paris: Encyclopaedia Universalis e Albin Michel, 2000, p. 599-603. Para o aprofundamento do seu impacte em Portugal, atenda-se, por exemplo, ao estudo de FERREIRA, António Matos – «Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l’encyclique “Rerum Novarum”» In Colloque international organisé par l’École Française de Rome et le GRECO n° 2 du CNRS, Rome, 18-20-avril 1991 – *Actes*. Rome: École Française de Rome, 1997, p. 443-464.

de um espaço de acção católica numa sociedade concorrencial através de novas formas de agregação.

Foi neste paradigma de união que emergiram dinâmicas que, sem se afastarem necessariamente de um quadro de intransigência, ambicionavam a regeneração e a restauração da sociedade atingida pelo que se considerava ser a desestruturação provocada por modelos sociais e políticos – particularmente pelo liberalismo e pelo socialismo³ - e pela industrialização. A concretização deste desiderato pressupunha uma resposta orgânica e identitária dos católicos centrada na sua participação activa na sociedade, imbuídos num espírito de missão que excluísse uma simples estratégia de recusa ou de condenação de uma qualquer alteridade.⁴ Surgiram assim inúmeros movimentos eclesiais no século XIX e inícios do século XX já com um crescente protagonismo de leigos que conheceram ao longo do tempo diversas fases e cambiantes. Eles constituíram formas de associativismo católico que visavam a formação e a organização dos seus membros para agirem na sociedade enquanto campo de militância católica, abrangendo territorialmente o país, percorrendo e cruzando nas suas orientações os campos político, social, cultural, assistencial e educativo.⁵ Esta organização do movimento católico sob a batuta da união contribuiu para gerar uma

³ Cfr. POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie : introduction au devenir du catholicisme actuel*. Tournai: Casterman, 1977.

⁴ *Idem* – *L'Église c'est un monde: l'ecclésiosphère*. Paris: Les Édition du Cerf, 1986.

⁵ Assinalamos aqui, a título exemplificativo, algumas formas associativas de carácter religioso com incidência social e cívica, distintas entre si, quer pelo seu enquadramento institucional, quer pelos seus objectivos e âmbito de influência. Disso são exemplo a Associação Católica de Lisboa, a Associação dos Estudantes Católicos do Porto, a existência de várias Juventudes Católicas no âmbito da União Católica Portuguesa e posteriormente da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas, o Corpo de “Scouts” Católicos Portugueses, a Obra dos Soldados, a Obra de Protecção às Raparigas, a Cruzada Eucarística de Crianças, os Círculos Católicos Operários, Rurais e de Cultura Católica, o Centro Académico de Democracia Cristã e a Liga de Acção Social Cristã. Para um aprofundamento histórico dos movimentos eclesiais contemporâneos nos séculos XIX e XX, veja-se FONTES, Paulo F. de Oliveira - «Movimentos eclesiais contemporâneos (séculos XIX-XX)» In AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol.4: P-V, Apêndices, p. 459-470. Para a análise de dinâmicas associativas católicas atenda-se também a ALVES, Adelino - Associativismo católico: algumas iniciativas em cerca de meio século. *Laikos*. 3-4 (1984) 302-315.

concepção de apostolado⁶ e desenvolver um associativismo católico fundamentado numa referência crística e eucarística de modo a actuar tendo em vista a reconquista de uma ordem social cristã, embora impulsionada pela realização da economia da salvação na história enquanto concepção teológica fundamental.⁷

A liberdade de acção do movimento católico acompanhou novas e diversificadas referências culturais, que compunham o processo de modernização das sociedades. Ao longo do século XX insinuou-se uma outra compreensão da sociedade fruto também de uma outra percepção de Igreja enquanto mediadora da complexidade social, em que a tónica não partia já da necessidade de reconquista, mas sim da percepção da sociedade como refractária à Igreja Católica, ou seja, a dinamização do associativismo católico reagia ao sentimento de fragmentação societária marcada por um atomismo encarado como um alheamento e indiferença à prática religiosa.

Assistia-se assim ao desenhar de quadros de referência e fronteiras considerados descristianizados e que ganhavam progressiva autonomia face à compreensão católica do mundo. Perante a mutação social no século XX, a Igreja Católica via-se na necessidade de renovar as suas estruturas de enquadramento de maneira a responder às dinâmicas de sociabilidade e aos comportamentos pessoais que emergiam na sociedade moderna e que ultrapassavam a circunscrição paroquial. Para além da aposta na renovação da catequese e da formação do clero, procuraram-se outras respostas pastorais que se traduziram na constituição da Acção Católica Portuguesa (ACP) e na intervenção dos seus organismos especializados segundo o meio social e a profissão: agrário, escolar, independente, operário e universitário.⁸

⁶ Sobre as diferentes formas de apostolado e a sua fundamentação teológica, atenda-se, por exemplo, a PINTO, Avelino - A obrigatoriedade do apostolado e da acção católica. *Novellae Olivarum*. 160 (1959) 77-81.

⁷ No que diz respeito às implicações da salvação na dinâmica histórica veja-se, por exemplo, POLICARPO, José da Cruz – *Sinais dos Tempos. Génesis histórica e interpretação teológica*. Lisboa: SamPedro, 1971, p. 175-230.

⁸ Para uma visão dos primórdios, constituição, organização e dinâmica da ACP veja-se FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo F. de Oliveira - «Acção Católica Portuguesa» In AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 1:A-C, p. 9-18. Para um aprofundamento da organização católica veja-se o contributo essencial e incontornável de FONTES, Paulo F. de Oliveira – *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica Portuguesa (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

A institucionalização da ACP foi unificadora e homogeneizante face aos movimentos eclesiais e constituiu-se no contexto sócio-político de afirmação do Estado Novo, onde a sua intervenção foi remetida para o campo religioso e social. Com a sua fundação pretendeu-se dar coerência e continuidade ao associativismo católico existente, de forma orgânica e mais consistente, formando elites que dessem densidade ao viver em sociedade e assumissem o projecto de restauração nacional do Estado Novo. A ACP apresentou-se como um corpo orgânico, hierarquicamente estruturado e com núcleos e organizações especializadas agrupadas por idade. Este modo de associação tinha um duplo objectivo: por um lado, facilitar a aproximação às realidades temporais de modo a proceder à sua cristianização e, por outro lado, motivar um percurso analítico interno e nuclear que prevenisse o abandono da prática religiosa que se verificava sobretudo na transição da infância para a vida adulta. A juventude tornava-se objecto de atenção pastoral: era mais do que uma palavra.⁹

A afirmação social da juventude e a criação de uma imprensa católica juvenil

A juventude surgiu como uma realidade historicamente recente, associada ao processo de modernização das sociedades: através da industrialização, da urbanização e da escolarização, a juventude emergiu como fenómeno social. Ela não se apresentou somente como uma realidade biológica ou natural, aferida por critérios etários, mas uma condição social que se constituiu histórica e socialmente consoante a época, a cultura e a classe social de pertença dos indivíduos que a integravam. Precisamente por ser produto da evolução histórica das sociedades, a juventude não traduziu realidades sociais unívocas. Nesta perspectiva, abordar a juventude é ter em conta um conjunto diversificado de indivíduos e de grupos, que viviam, no entanto, marcados por uma série de factores de identificação comuns que provinham da própria *experiência de ser jovem* e permitiam a existência de uma condição juvenil.¹⁰ A juventude ia para além de uma simples crise pubertária e não foi meramente resultante da existência de uma nova classe etária ou sequer da consciência que a sociedade ganhou sobre um novo grupo

⁹ Referência a uma entrevista com Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les jeunes et le premier emploi*. Paris: Associations des Ages, 1978, p. 520-530, onde a socióloga aborda, em largos traços, a definição, a estruturação e o enquadramento da juventude. A entrevista também poderá ser consultada em BOURDIEU, Pierre – *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século-Edições, 2003, p. 151-162.

¹⁰ Cfr. PAIS, José Machado – *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

social. Ela tornou-se problemática a partir da constatação de que mecanismos de iniciação e de integração social se alteravam: a família, a Igreja Católica e o Estado lidavam com a multiplicação de espaços (in)formais de juventude que, constituindo redes, diversificavam grupos de pertença e quadros de referência culturais.

A Igreja Católica, conforme leitura sociológica da realidade, valorizou os organismos especializados de acção católica vocacionados especificamente para a juventude, convicta de que o enraizamento de um cristianismo esclarecido acompanhava o estímulo e a formação católica juvenil. A presença no meio universitário revelava-se assim de particular interesse para o cumprimento da sua missão. A Juventude Universitária Católica (JUC), criada em 1935, constituiu uma ligação privilegiada com o terreno social pelo contacto constante com os estudantes universitários, procurando garantir um espaço de diálogo.¹¹ Enquanto organismo da juventude, integrado na ACP, a JUC estava implantada nos três principais centros universitários do país, ou seja, em Lisboa, Porto e Coimbra. De acordo com os seus objectivos, procurou integrar na sua dinâmica formas de associativismo pré-existente, como o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e as Associações de Estudantes Católicos existentes nas Faculdades de Direito, Letras, Medicina, Ciências no Instituto Superior de Agronomia e no Instituto Superior Técnico, ligadas à Juventude Católica de Lisboa e Porto.

A JUC conheceu uma fase de crescimento e mobilização no século XX, acompanhando o desenvolvimento do associativismo estudantil. Expressão desse dinamismo foi a realização do I Congresso Nacional da JUC/F que teve lugar em Lisboa em 1953, assim como as diversas semanas de estudo e cursos que organizou. A dedicação à formação e à reflexão religiosa e cultural coabitava com a promoção religiosa e cultural do meio. Um dos veículos usados para a concretização deste objectivo foi a imprensa, considerada como vector de mudança social que, no caso

¹¹ Para uma compreensão histórica mais aprofundada desta organização católica, veja-se, por exemplo, FONTES, Paulo F. de Oliveira - «Juventude Universitária Católica» In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8: Suplemento F/O. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 347-350; S. - O que é a JUC?. *Novellae Olivarum*. 105 (1953) 121-124; MIGUEL, Nuno Silva – JEC/F -JUC/F: Objectivos, problemas, perspectivas. *A Palavra e o Tempo*. 3 (1967) 45-50; RODRIGUES, António dos Reis – Lembrando a Juventude Universitária Católica. *Reflexão Cristã*. 16-17 (2001) 85-90.

particular da JUC, teve, entre os anos de 1956-1968¹², como órgão oficial o jornal *Encontro*.

O *Encontro*: um projecto associativo

A missão da imprensa católica era criar uma mentalidade cristã, apresentando os acontecimentos à luz do evangelho e a de dirigir a conduta dos leitores, inculcando-lhes considerações acerca da sua condição de católicos. A imprensa católica desempenhava uma missão dupla: informar e formar. Por um lado, sustentava e propagava a doutrina social da Igreja, enfatizando as orientações e os ensinamentos da hierarquia, interessando a opinião pública com notícias de trabalho missionário e, por outro lado, era de exigência intelectual e promotora de espírito crítico face aos acontecimentos temporais, reflectidos à luz do evangelho.

O jornal *Encontro* não fugia a este enquadramento, alimentado pelos jucistas através de uma posição militante e esforçada à falta de uma empresa e de leigos especializados num jornalismo católico.¹³ Os jucistas colaboravam como redactores, compravam o periódico avulso ou assinavam-no, além de o publicarem e distribuírem junto das faculdades. O *Encontro* foi um jornal católico mensal, publicado assiduamente entre Janeiro de 1956 e Dezembro de 1968, tendo como centros de implantação Lisboa, Porto e Coimbra. Em Lisboa e no Porto, a responsabilidade da sua implantação cabia à JUC local e em Coimbra ao CADC. O jornal era propriedade da Igreja Católica e foi publicado em 74 números sob autoridade eclesiástica, cada número geralmente variando entre 12 e 16 páginas. O jornal tinha uma publicação regular, embora houvesse algumas excepções: em treze ocasiões, a publicação do jornal oscilou na sua periodicidade a partir dos meses de Março-Abril-Maio, altura em que foi interrompida para depois ser retomada somente a partir dos meses de Novembro-Dezembro (inclusivé). Essas interrupções deviam-se aos períodos de exames e férias, bem como ao cumprimento do calendário litúrgico. Em alguns anos, o período de interrupção lectiva foi utilizado para

¹² Através da recolha de depoimentos diante de alguns dos protagonistas da época é possível aferir uma perpetuação da existência do jornal na década de 70 e 80 do século XX, embora sem conhecimento de elementos concretos e organizados que a corroborem.

¹³ A este respeito e para o caso da imprensa católica portuguesa, veja-se, a título exemplificativo, REIS, António dos – Introdução ao jornalismo. *Novellae Olivarum*. 166 (1959) 377-383; J.B.C. – Imprensa católica. *Laikos*. 4 (1978) 3-6.

remodelar o jornal, quer através do aparecimento de novas secções como também de novos colaboradores.

O periódico procurou traduzir o que a consciência de ser católico significava na realidade histórica. Isto obrigava a uma interpelação dialogante com os universitários, que provinha da análise reflexiva de problemas do quotidiano. A finalidade do jornal não era registar jornalisticamente situações e acontecimentos contemporâneos. Importava, sim, tornar possível um encontro dos universitários em torno das questões que os jucistas julgavam essenciais na vida do país e acerca das quais interessava que o maior número de pessoas fizesse uma séria reflexão. Enquanto jornal destinado a católicos e não-católicos, era de formação e de informação, estando atento não só aos problemas da universidade e do universitário enquanto tal, mas também aos problemas do Homem, ambicionando uma universalidade temática. *Encontro* era responsabilidade directa da Igreja Católica e, portanto, deveria permanecer no limiar das opções culturais e políticas da autoridade eclesiástica. Difundia exclusivamente a doutrina católica em fidelidade às orientações da Igreja e mantinha-se no domínio a que a esta pertencia, conservando apesar de tudo a espontaneidade que garantia a correspondência ao meio político e social.

Em relação aos artigos assinados e, dentro desses, àqueles em que se tomava uma posição quanto a uma solução concreta de problemas abordados, a responsabilidade do *Encontro* não ia além da garantia quanto à ortodoxia das questões doutrinárias porventura implicadas, dado que no campo das opções concretas os cristãos eram considerados livres dentro dos parâmetros por essa mesma doutrina estabelecidos. O seu projecto editorial previa o abandono a um comodismo, com o propósito de servir a universidade e servi-la com a afirmação do ideal da juventude. No fundo, era pela condição da própria existência que o jornal desejava revelar a verdadeira dimensão religiosa da vida e o humanismo que ela implicava.

O jornal, enquanto projecto associativo, reflectia, por um lado, os anseios e os problemas do meio em que vivia e, por outro, a dinâmica de vida da própria Igreja Católica nacional e internacional.¹⁴ Nele, a vida universitária, religiosa e juvenil interpelava-se e ela própria associava-se, tornando-se eixosa compreensivos que descobriam e despertavam consciências para a necessidade de uma reforma global da sociedade. Para concretizar tal desiderato, apelava-se a um tipo de catolicismo actuante

¹⁴ Cfr. *Encontro*. Lisboa: JUC, 1956-1968.

que não bastava afirmar-se católico para o ser. Os jucistas eram convidados a agir como cidadãos guiados pela consciência cristã, contrariando um catolicismo anestesiado ou de poltrona.

No meio universitário, espaço de acção jucista por excelência, a instituição padecia de uma crise estrutural grave que resultava da sua incapacidade de corresponder a necessidades resultantes do desenvolvimento económico e da evolução socio-cultural verificada na segunda metade do século XX. Albergavam massas de alunos muito maiores do que aquelas para que foram previstas, sendo contestadas pelos movimentos estudantis que despertavam preocupações de índole política. Eram rotuladas de tradicionais, ou seja, demasiado tecnicistas e pouco preocupadas com a formação integral do jovem. Revelavam-se incapazes de formar, na quantidade e com as habilitações necessárias, os quadros científicos e técnicos indispensáveis ao desenvolvimento económico, social e cultural. Reclamava-se a urgência de uma universidade nova, quanto aos fins que deveria atingir, quanto à autonomia e quanto ao papel que nela ocupavam os estudantes com aspirações de participação crescente na vida universitária.¹⁵

A JUC, através das páginas do seu órgão oficial, reagiu na década de 50 às ameaças ao associativismo participando na organização de lutas académicas¹⁶ contra a implementação do projecto governamental do decreto-lei nº 40 900¹⁷ e defendendo a

¹⁵ Cfr. NUNES, Adérito Sedas (org.) – *A universidade na vida portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1969; AMARAL, Ana Filomena Leite – *Maria de Lourdes Pintasilgo. Os anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*. Coimbra: Almedina, 2009.

¹⁶ Para um panorama do envolvimento e posicionamento da JUC na luta estudantil, consulte-se, por exemplo, CAIADO, Nuno – *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: Instituto de Estudos para o desenvolvimento, 1990; FONTES, Paulo F. de Oliveira - «As organizações estudantis católicas e a crise académica de 1956-1957» In Congresso História da Universidade no 7º centenário da sua fundação, Coimbra, 5 a 7 de Março de 1990 – *Actas: Universidade (s), história, memória, perspectivas*. vol.5, Coimbra, 1991, p. 457-480.

¹⁷ O decreto-lei nº 40 900 de 12 de Dezembro de 1956 criou na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, estabelecendo o regime a que ficavam sujeitas as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional. No mês seguinte à promulgação do diploma, em Janeiro de 1957, o *Encontro* abre com a apresentação de uma reflexão crítica sobre este documento legislativo feita pelos então presidentes-gerais da JUC e da JUCF, João Salgueiro e Manuela Silva. Considerando o diploma cerceador das liberdades associativas, entregaram, em nome da organização católica, ao ministro da Educação Nacional, uma declaração de princípios em defesa da

liberdade associativa feita em nome da autonomia universitária, fazendo uma aprendizagem cívica essencial na formação das elites e que despertava o valor da liberdade, mobilizado também em solidariedade para com as Igrejas Católicas perseguidas na Polónia e na Hungria. Foi a liberdade que também esteve no cerne de uma tomada de posição pública de um grupo de católicos que assinou um documento sobre as relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos, subscrito por leigos jucistas mas também por padres e por leigos pertencentes a outros organismos especializados de acção católica¹⁸.

Na década de 60, a crescente politização do movimento associativo e as crises académicas de 1962 e 1969, a par do eclodir da guerra colonial e do desenvolvimento de uma maior crítica interna do catolicismo permitiu despertar a consciência de cidadania e um posicionamento pastoral que pretendia assegurar o exercício da liberdade dos católicos e a autonomia da acção política da Igreja Católica.

Conclusão: crise social e reformismo espiritual?

Dos finais do século XIX ao longo do século XX, o catolicismo foi marcado por uma vitalidade que se expressou em dinâmicas associativas. As associações transportavam formas de pensamento, acção e concepções de Igreja que reclamavam uma influência e uma representação societária por diferentes processos que iam do caritativo até à formação de elites que salvaguardassem uma orientação religiosa. Pese embora um princípio constitutivo unionista e integral que habitava uma sociedade corporativa e orgânica, o associativismo católico, não deixando de ser marcado por estas realidades, foi assumindo ao longo do século um papel de interlocutor junto dos mais variados meios sociais e cívicos, pelos quais reviu, fixou e transmitiu crenças pela valorização crescente da liberdade e da salvação.

Esta aprendizagem em lidar com a alteridade de modo a cumprir a sua missão, teve no seu exercício diferentes fases pautadas pela lógica de disputa de um espaço que legitimasse a capacidade de agir em sociedade sem comprometer a credibilidade do religioso, nem o traduzir numa dissociação entre crença e prática antropológica. A

liberdade dos indivíduos e das colectividades, condição considerada primordial para o desenvolvimento da pessoa humana. Cfr. *Encontro*. 7 (Janeiro de 1957) 1, 6-7.

¹⁸Cfr. «As relações entre a Igreja e o Estado, e a liberdade dos católicos» In ALVES, José da Felicidade (apres.; ed.) – *Católicos e Política. De Humberto Delgado a Marcello Caetano*. Lisboa, s.d., p. 65-88.

transformação da experiência associativa e, nela, a existência da condição juvenil, conduziu à possibilidade de distinguir conflitos de forças e reequacionar o lugar do religioso.